

Reunimos com o Presidente do município de Albufeira para discutir acessibilidades

20 Setembro, 2011

É nas extensões do Centro de Saúde de Albufeira que se concentra a população mais idosa do Concelho.

A carência de enfermeiros e a acessibilidade dos utentes são questões fulcrais que levou sindicato e presidente do município a se sentarem à volta da mesa.

A inexistência de cuidados de enfermagem numa das extensões determina a necessidade dos utentes se deslocarem para outra. Porém, afirma o sindicato, a rede de transportes existente entre as freguesias não permite facilidade na deslocação.

As unidades de saúde existentes deveriam realizar visitas domiciliárias aos utentes contudo isso não está a acontecer porque não existem viaturas para o efeito. Isto determina que a unidade de cuidados na comunidade tenha que assumir a visitação domiciliária de uma população de mais de 50 mil pessoas.

O presidente da Câmara Municipal de Albufeira compreendeu as dificuldades dos cidadãos e comunga da ideia que o centro de saúde está subdimensionado para as necessidades.

Defende que não cabe ao poder local a organização dos serviços de saúde e critica os recursos financeiros cada vez mais escassos face às responsabilidades crescentes que lhe incumbem.

Defende tal como o SEP a contratação urgente de mais enfermeiros ainda que conheça os constrangimentos orçamentais assumindo colocar o problema ao secretário de Estado, no próximo 27 de setembro.

Ficou de avaliar as disponibilidades em termos de transporte para a deslocação entre extensões, mas que esta não é, nem pode ser, uma solução definitiva.

“A responsabilidade de todo este problema é da ARS do Algarve que aceitou mapas de pessoal subdimensionados e nada tem feito para os modificar, mesmo após a constituição das unidades de cuidados na comunidade” afirma fonte sindical. “A reforma dos cuidados de saúde primários, na perspetiva correta de prestar cuidados de proximidade não se compadece com a falta de recursos humanos e de materiais.

Para a mesma fonte sindical o anúncio governamental que a reforma é uma prioridade é uma falácia e terão que assumir que estão a colocar utentes em situação de discriminação porque uns têm médico de família e outros não, uns recebem cuidados em casa e outros não.

Informação enviada à comunicação social a 20 de setembro de 2011